

• Finanças 28 FEV 1991

Dívida Externa

ACERTO EXTERNO

GAZETA MERCANTIL

Objetivo do governo com a proposta feita aos bancos é acelerar acordo

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

A mais recente proposta brasileira aos bancos credores "tem o propósito de acelerar um acordo", disse ontem o chefe da equipe de negociações, embaixador Jório Dauster, em entrevista coletiva na sede da Petrobrás. Ele nota que a imprensa tem se referido a "recuos" na posição do País, "quando o que tem havido são avanços do Brasil e dos bancos".

Dauster aproveitou para esclarecer alguns números incorretos que estão sendo divulgados. O Brasil, de fato, propôs uma redução de 15 para 12 anos no prazo dos novos bônus que seriam lançados, para cobrir a parte dos US\$ 8 bilhões em juros atrasados até dezembro que não seria paga agora. Há também uma redução no prazo de carência pedido pelo País nesse bônus, mas não de cinco para quatro anos como se divul-

uma redução de 3% em sua proposta original, abatendo a exigência de 33% para 30%.

Os 18,75% do número de Dauster correspondem a cerca de US\$ 1,5 bilhão de pagamento sobre os US\$ 8 bilhões de juros atrasados. Mas esse pagamento, nota ele, não se daria de uma só vez, a menos que os banqueiros aceitem uma proposta sobre a dívida toda e não apenas sobre os juros atrasados.

O governo brasileiro aceitou, de qualquer modo, desvincular esse pagamento de um acordo geral sobre a dívida, mas manteve sua vinculação a um acordo sobre os juros atrasados. Cerca de um terço desse total, US\$ 500 milhões, seria pago diante do protocolo do acordo, e não do acordo formal (que demanda algum tempo, dado que, implica, na assinatura de representantes de cerca de 300 bancos em vários países).

A diferença é, de fato, mínima. Na proposta original, o prazo de carência indicado pelo Brasil era de cinco anos e um trimestre; nesta nova proposta, o prazo sugerido é de quatro anos e três trimestres. "Mas é óbvio que fica mais ou menos em torno de cinco anos", raciocina.

O embaixador confirma que a proposta brasileira incorpora juros crescentes no pagamento desses bônus, que começam com nível abaixo do mercado e sobem com o tempo. Mas ele nega que o Brasil tenha proposto que no futuro esse nível possa chegar tão alto quanto 9,5%; e garante que é igualmente incorreto o patamar inicial de 3,5%. Dado que se limita a conferir informações e não a divulgar espontaneamente os termos da proposta, Dauster não revela os números. Na avaliação de alguns banqueiros, a proposta brasileira equivaleria a um juro médio de 6%, mas não é possível confirmar nada genérico com o embaixador.

Nessa mesma linha, ele confirma que o comitê assessor de bancos também avançou de sua proposta inicial de um bônus de cinco anos com seis meses de carência para um prazo de sete anos, com um ano de carência. E agora para um prazo de oito anos, também com um ano de carência (e não de dois anos, como chegou a ser divulgado inicialmente).

Além disso, enquanto o Brasil aumentou sua oferta de pagamento dos juros atrasados de 12% dos US\$ 8 bilhões para 18,75%, os bancos contribuíram com

O restante US\$ 1 bilhão seria pago então em nove parcelas mensais, depois de concluída a coleta das assinaturas. Dauster insiste num ponto que considera importante: os bônus sobre o restante dos juros atrasados, porém, só serão emitidos depois de um acordo sobre a dívida toda (os juros discutidos até agora é o principal a ser examinado depois). Os bancos estão de acordo com este ponto.

O embaixador reiterou que o Brasil está disposto a examinar o emprego de outros papéis do acordo sobre a dívida de 1988, como os "exit bonds" e o "Parallel Financing Agreement" (PFA), como moedas alternativas dentro do programa de privatização, caso os credores tenham interesse.

Ele disse, ainda, que os US\$ 600 milhões de um título chamado de New Money Trade no acordo de 1988 podem ser revividos, mas exclusivamente para capitalização do setor público. Na sua forma original, o papel podia ser usado como uma linha auxiliar de comércio, 50% dedicada a importações e 50% a exportações, por devedores públicos ou privados.

Na nova proposta do País, o New Money Trade seria dedicado apenas ao setor público, e nos primeiros dois anos, predominantemente na compra de petróleo. Ele substituiria assim as linhas do projeto 3 (de financiamento ao comércio) do acordo de 1988, que vencem em março próximo. O embaixador observou que o fato de essas linhas se tornarem voluntárias é uma solução adequada.